



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6485

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 28/03/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 45/2006. Dispõe sobre o “Programa Municipal de Assentamento de Famílias - PROAS”, no município de Montes Claros, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 9.3

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 09

---

Espécie: PL  
Categoria: Diversos  
Cx: 9.3  
Ordem: 06  
nº fls: 06



45/2006  
11.04.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre Assentamento de Famílias no Município de Montes Claros e dá  
Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em - 28/03/2006

Comissão de Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REG. MO DE URGÊNCIA EM
- 3 - 11.04.2006, SEM EMENDA
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006

**DISPÕE SOBRE ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS NO  
MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica criado, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Programa Municipal de Assentamento –PROAS, que será executado por tempo indeterminado, com a finalidade de atender, em especial, à situação de:

- I - família removida em decorrência da execução de obra pública;
- II - família que, vítima de calamidade, tenha sido removida de área sem condições de retorno, comprovadas por laudo técnico do órgão municipal competente;
- III - família que resida em habitação precária, situada em área de risco, em ocupação clandestina ou irregular;
- IV - família sem casa, que habite rua e viaduto do Município.

**Art. 2º** - O beneficiário do PROAS deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - possuir renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos;
- II - não possuir outro imóvel em nome próprio, nem do cônjuge ou companheiro, no Município;
- III - renunciar expressamente ao direito de pleitear, judicial ou administrativamente, eventual indenização pertinente a realização de benfeitorias na área pública a ser desocupada, conforme legislação em vigor;
- IV - não ter sido beneficiado anteriormente por este ou outro programa de assentamento municipal;
- V - ser ocupante da área pública pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses, nos casos dos incisos III e IV;
- VI - ser proprietário da benfeitoria;
- VII - estar dentro dos parâmetros definidos pelo Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 3º** - O PROAS assegurará a seus beneficiários:





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



- I - assentamento em imóvel dotado de condições de habitabilidade;
- II - apoio material, assistencial e jurídico para a desocupação da área pública e para o assentamento;
- III - direito de transferência e vaga em escola pública às crianças e adolescentes atingidos.

§ 1º - O assentamento de que trata o inciso I deste artigo poderá ser substituído por auxílio financeiro.

§ 2º - Para atender ao disposto no inciso III deste artigo, o Poder Executivo enviará ao Conselho Tutelar a relação das crianças e adolescentes atingidos, informando:

- I - o local de moradia;
- II - a unidade escolar de onde estão sendo removidos;
- III - a unidade escolar para onde serão removidos.

§ 3º - Poderão ser utilizados temporariamente, sob a forma de Bolsa-Moradia, recursos do Tesouro Municipal, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social para locação de imóvel habitacional vago, para atender ao disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

§ 4º - A Bolsa-Moradia será objeto de regulamento específico a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo, que fixará os critérios de concessão do benefício, as obrigações dos beneficiários, o prazo e demais parâmetros da locação.

§ 5º - A utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social tem por finalidade atender às famílias que se enquadrem na situação dos incisos II, III e IV do art. 1º desta Lei.

**Art. 4º.** É vedada a adoção do Programa para a obtenção de alojamento nos casos de ocupação de áreas públicas e privadas, verificada após a edição desta Lei, ou ocupações que, mesmo anteriores, não se enquadrem no atendimento das Políticas Públicas de Assistência Social e Habitação.

**Art. 5º** - Os recursos necessários a viabilização do PROAS serão fornecidos pelo Fundo Municipal de Habitação Popular.







MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

**PROCURADORIA JURÍDICA**



**Art. 6º.** O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 23 de março de 2006

Athos Avelino Pereira  
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 28 DE MARÇO DE 2006  
PRESIDENTE

8º legal e constitucional.  
delegatário - 05.04.06.  
A. Silva  
[assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URBANIZAÇÃO  
EM 11 DE ABRIL DE 2006  
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 23 de março de 2006.

**Ofício nº: PJ/ 024/2006**

**Assunto: Projeto de Lei**

**Serviços: Procuradoria Jurídica**

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o “programa municipal de assentamento de famílias – PROAS”, com a finalidade de atender, em especial, a situação de famílias removidas em decorrência de obra pública e que residam em área de risco.

Em situação de emergência, o Município não tem como atender a população carente, utilizando a cessão de espaços públicos como escolas, creches e ginásios para alojar a população vítima de calamidades e de desocupação de áreas públicas, gerando despesas e sujeitando estas famílias a acomodações inadequadas.

Foi feita a experiência de locação por parte do município de imóveis residenciais, sem êxito, para atender famílias que foram encaminhadas mediante ordem judicial, uma vez que o Município não pode se furtar a tramitação dos contratos de locação, processo que requer tempo, além de ser responsável por despesas extras como água e luz e reforma do imóvel ao fim da locação.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Dispõe sobre Assentamento de Famílias no Município de Montes Claros e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa ou mesmo de finalidade, haja vista que o mesmo dispõe sobre a criação de programa municipal, matéria afeita ao poder Executivo.

Também não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no dito projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de março de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Mandato Popular Lipa Xavier*

*ds com 11-04-06*  
*aprovada em 11-04-06*  
*[Signature]*

EMENDAS AO PROJETO DE LEI \_\_\_\_/2006 QUE "DISPÕE SOBRE ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EMENDA UM:

Acrescenta o artigo 6º ao referido Projeto de Lei, com a seguinte redação:

"Artigo 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial específico no Orçamento vigente para atendimento aos objetivos desta lei."

EMENDA DOIS:

Renumera os artigos 6º e 7º, que passam a vigorar como 7º e 8º, mantendo sua redação original.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, 11 de abril de 2006.

*[Signature]*  
Lipa Xavier  
Vereador PCdoB

E LEGAL E CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	
A COMISSÃO DE	<u>LEGISLAÇÃO</u>
	<u>E JUSTIÇA</u>
EM <u>11</u> DE	<u>ABRIL</u> DE 20 <u>06</u>
	<u>[Signature]</u>
	PREZIDENTE